

Olhar geográfico no processo da territorialidade no desenvolvimento da agricultura familiar

Danielle Guimarães Silva Coiado¹

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Itahum / Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Autora correspondente: Danielle Guimarães Silva Coiado.

E-mail: patravel009@gmail.com



Revista Sertão Sustentável 2023.
Open access sob licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International.

Aceito em: 06/08/2023

Com vistas ao desenvolvimento territorial de uma forma geral com foco nas condições ambientais e destaque principalmente aos estudos da caatinga, a Revista Sertão Sustentável enfatiza pesquisas com base em projetos que atendam a este ecossistema atualmente frágil, porém muito rico e que necessita de cuidados no processo da produção, ou seja, apoio técnico-científico dos órgãos de ensino, pesquisa e extensão.

Desta forma destaco neste texto as dificuldades que os habitantes da caatinga vivenciam no meio rural ao utilizar de tecnologias de cultivo, sem informação, por conta do descaso do poder público. Com o surgimento do Programa de Extensão Rural no Brasil, acreditou-se na possibilidade de transformar o produtor rural, principalmente o de pequeno porte, através dos programas educativos de base em busca de uma similaridade com o fazendeiro norte-americano do pós-guerra. Assumindo características de ensino informal (fora da escola), o trabalho extensionista se propunha como diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizado e curricular do ensino escolar. A base material da ação educativa da extensão era a empresa familiar de forma que a família rural tida como unidade sociológica mantivesse a ajuda mútua nas relações de produção. Conforme destaca Fonseca, “o importante era persuadir cada um dos componentes familiares a usarem recursos, técnicas na produção para conseguirem uma maior produtividade e conseqüentemente o bem-estar social” (FONSECA, 1985, p.91).

O objetivo imediato da extensão rural foi o combate à carência, à subnutrição e às doenças, bem como à ignorância e a outros fatores negativos dos grupos empobrecidos no Brasil, principalmente aqueles que integravam a sociedade rural, classificada como desprovida de valores, de sistematização de trabalho ou mesmo de capacidade para tarefas socialmente significativas. Para o programa, o pequeno produtor rural brasileiro era tido como um indivíduo extremamente carente, que deveria ser assistido e protegido (LEITE, 2002).

Com o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte em nosso século, a comunidade moderna apresenta hoje, uma característica muito interessante. Há muito que o segmento rural deixou de ser uma entidade isolada e à parte do segmento urbano. Hoje, o que se verifica na comunidade é uma estreita interferência entre ambos. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, os agricultores e os cidadãos passaram a fazer parte de situações comuns,

resultando no que se convencionou chamar de comunidade rural-urbana. Há, mesmo hoje em dia, uma acentuada tendência em afirmar que o trabalhador rural depende cada vez mais do trabalhador urbano e vice-versa (BARROS, 1994).

Por um lado, foi benéfico para a relação de aproximação do campo à cidade, que facilitou as negociações dos produtos oriundos da agricultura familiar que ficaram mais próximos dos consumidores. Mas também trouxe para o agricultor familiar, principalmente o indígena, as facilidades ilusórias do meio urbano.

A comercialização dos produtos da agricultura familiar são os pontos de estrangulamento em busca do desenvolvimento com sustentabilidade no setor, seja para indígenas, assentados, quilombolas e outros.

A agricultura familiar constitui-se, no decorrer da década de 1990, num dos principais eixos norteadores da questão agrária brasileira. Dentre os fatores que contribuíram para a intensificação das análises sobre a produção familiar no Brasil, destacou-se a divulgação de estudos comparativos internacionais, nos quais se reconhecia que em vários países e, sobretudo, nos de capitalismo avançado, essa forma de produção era vista como o principal suporte do desenvolvimento agrário (MENEGATI; HESPANHOL, 2002).

Em relação à discussão temática na questão agrária, tem-se que até o início da década de 1990, essa forma de produção era identificada sob as diferentes perspectivas teóricas, como: camponato, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultura de subsistência, entre outras. Isso se deve ao modelo de desenvolvimento brasileiro que privilegiou sempre a grande exploração em detrimento da pequena (HESPANHOL, 2000).

Oliveira (2001) discutindo a lógica do campo nos dias de hoje, entende que o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com as relações sociais não capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações de produção não capitalista. Porém verifica-se uma relação capitalista de baixa escala nas relações da produção familiar uma vez que organiza e se planeja o trabalho ou a produção para que haja excedente para comercialização com centros de distribuição para os produtos.

Continuando, este mesmo autor destaca que, se de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, e dessa forma promovendo uma expropriação total do trabalhador brasileiro no campo desprovido de todos os meios de produção, de outro, as relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física. Esse capitalismo que chegou ao pequeno produtor não o possibilita a ferramentas e oportunidades que normalmente são concedidas aos produtores de commodities.

Ao trazer novamente o trabalho do Ariovaldo de Oliveira (2001), são observados dois mecanismos de monopólio do capital em relação à produção no campo. De um lado, o monopólio na produção, subordinado à circulação e à produção, de outro o monopólio na circulação, subordinado à produção e à circulação. Nesses dois mecanismos se encontram meios que podem ser repensados conforme uma política de desenvolvimento onde se impulsiona e fomenta os espaços de produção e circulação com intermediação entre o mercado local e consumidor final pensando numa logística com mais segurança alimentar e sustentabilidade.

Destaca-se ainda que a sociologia rural foi engolida por um compromisso precipitado com a modernização econômica, no equivocado pressuposto de que isso acarretaria automaticamente a modernização social e o bem-estar das populações rurais ou ruralizadas. Foi necessária coragem, atrevimento cívico à custa de muita marginalização, para que os sociólogos rurais desafiassem esse compromisso, expusessem suas discrepâncias e reconhecesse no meio rural um mundo de criatividade, de inovação e luta por um lugar nessa dinâmica econômica.

Desde os anos de 1970, a modernização forçada do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente tem mostrado que esse modelo vigente de desenvolvimento trouxe um contra desenvolvimento social no meio rural. A introdução de tecnologia de ponta, como os agroquímicos, ou seja, os defensivos agrícolas, sem que houvesse um treinamento dos trabalhadores rurais, assim como a utilização de um parque de máquinas totalmente informatizadas provocou uma convulsão no campo, sem contar com os desastres ecológicos e a contaminação da saúde humana envolvida.

Esses fatos foram comentados e discutidos nos trabalhos de José de Souza Martins (2001), o qual afirma que, no geral, debita-se na conta de uma suposta e nunca comprovada resistência das populações rurais para a mudança e a modernização a responsabilidade por esse desastre social.

Na fragilidade do ecossistema da caatinga, e no descaso do poder público com assistência técnica rural, houve nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a grande expansão territorial do capital moderno que foi o da expansão da fronteira agropecuária. Esta fase marcou o Território de Identidade de Irecê com a cultura do feijão conhecida em todo território nacional a qual foi aplicada com a agricultura convencional e sem orientação técnica resultando em uma exploração indevida sob olhar ambiental e humano.

Uma modernização postiça, pesadamente subvencionada pela sociedade brasileira, é mais expressão da ineficiência da grande empresa do que de sua louvada eficiência. Os cientistas sociais deste país, e muitos estrangeiros que para aqui vieram, a fim de estudar e acompanhar o deslocamento da fronteira econômica na região amazônica testemunharam e documentaram uma das grandes falácias da sociologia rural: a da função emancipadora da modernização e técnica econômica. As grandes empresas recorreram ao trabalho escravo, à peonagem, à escravidão por dívida, para efetivar a implantação de megaprojetos agropecuários (OLIVEIRA, 2001).

Ao longo de muitos séculos o espaço de produção agrário de Irecê e seus entorno foi ocupado por grandes proprietários de terras os quais implantaram grandes projetos como a monocultura de grãos com destaque para o feijão, também a criação de gado, uso de áreas extensas para pastagens e irrigação. Estes projetos tinham a intenção de atender ao desenvolvimento da produção agropecuária o que, na realidade, não ocorreu aumentando ainda mais as desigualdades sociais e agressões ao meio ambiente.

Desta forma, vale destacar a importância de despertar a necessidade de mais conscientização quanto a projetos agropecuários de forma a envolver ações de desenvolvimento local e sustentabilidade sendo assim buscando valorizar o bioma da caatinga em bases sustentáveis e com integração social.

Referências

BARROS, E. de V. Princípios de ciências sociais para a extensão rural. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1994.

FONSECA, M. T. L. A Extensão Rural no Brasil. Um Projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

HESPANHOL, R. Ap. de M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. Rio Claro, 2000. 254 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, campus de Rio Claro.

LEITE, S C. Escola Rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, J. de S. O Futuro da Sociedade Rural e sua Contribuição para a Qualidade de Vida Rural. In: Estudos Avançados USP – 43, Dossiê de Desenvolvimento Rural. 2001. p. 31-46.

MENEGATI, R. A.; HESPANHOL, R. A. de M. A agricultura familiar no município de Indiana – SP. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Anais... João Pessoa, 2002.

OLIVEIRA, A. A Agricultura Camponesa no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto. 2001.